

MANUEL DOMINGOS

“Defesa e Segurança” como área do conhe- cimento científico

A classificação das áreas do conhecimento adotada pelas agências públicas há muito deixou de corresponder aos rumos tomados pelo desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. A sua atualização deve compreender revisões conceituais, novos arranjos hierárquicos e o reconhecimento de áreas emergentes, entre as quais a “Defesa e Segurança”. Trata-se de uma iniciativa de interesse da nacionalidade, do Estado, do regime democrático e de pesquisadores especializados.



“Defense and Security” as scientific field

The taxonomy of knowledge areas adopted by public agencies is no longer according to the tendencies of Brazilian scientific and technological development. Its actualization must comprehend conceptual revisions, new hierarchical arrangements and the recognition of emergent areas, among them “Defense and Security”. This is an initiative which concerns the nationalities, the State, the democratic regime and specialized researchers.

Manuel Domingos:
Doutor em História pela
Universidade de Paris III e
professor do Departamen-
to de Ciências Sociais da
Universidade Federal do
Ceará.

1 INTRODUÇÃO

A defesa militar da nação está assegurada de forma conveniente? De que modelo de Forças Armadas o Brasil precisa? O serviço militar obrigatório deve ser extinto? O controle do tráfego aéreo comercial é assunto militar? Investimentos num submarino de propulsão nuclear e num veículo lançador de satélites devem ser prioritários? O Exército deve atuar nas atividades de segurança pública? O futuro da América Latina está livre de novas ditaduras militares?”

Respostas consistentes a essas e a outras tantas questões relevantes para o desenvolvimento do Brasil como nação pacífica e democrática não podem ser dadas a partir de percepções do senso comum, de discursos improvisados e, muito menos, de formulações corporativas. A sociedade brasileira precisa ampliar e aprofundar o conhecimento acerca das instituições militares, das necessidades da defesa, do pensamento e do comportamento do militar bem como de temas relacionados à soberania. De outra forma, a qualidade do diálogo com os militares fica necessariamente prejudicada. Cabe multiplicar o contingente de pesquisadores especializados, estimular novos programas de pós-graduação e ampliar as possibilidades de debate de alto nível. Um passo importante, nesse sentido, é o reconhecimento da Defesa e Segurança como área do conhecimento científico.

Em 2005, o CNPq, a CAPES e a FINEP designaram uma *Comissão Especial de Estudos* para propor uma nova Tabela das Áreas do Conhecimento (TAC) para o Brasil. Participaram dos trabalhos representantes da Academia Brasileira de Ciências, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições do Ensino Superior e do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação.

A Comissão, na qual atuei como presidente, colheu pontos de vista de mais de uma centena de associações de pesquisadores. Suas atividades foram concluídas em dezembro de 2005 e o relatório final entregue em janeiro de 2006. Como qualquer alteração na TAC repercute intensamente na comunidade científica, e nem sempre satisfaz a todos, a autoridade governamental posterga sua deliberação sobre a matéria.

Ao longo dos trabalhos da Comissão, defendi que, entre as novas áreas do conhecimento, figurasse “Defesa e Segurança”. Os cientistas de um país que tem sua história marcada por profundas intervenções militares e aspira manter a soberania não podem persistir alheios aos problemas relativos às corporações militares e à política de defesa nacional. Argumentei ainda sobre a necessidade de assegurar os avanços quantitativos e qualitativos obtidos pelos pesquisadores especializados nesses temas. Nesse trabalho, apresentado originalmente em novembro de 2006, no IV Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, exponho os meus argumentos.

2 A CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS

O saber científico e tecnológico, produzido por uma ampla e diversificada comunidade de trabalhadores intelectuais, pode ser classificado sob óticas variadas. As classificações empreendidas no âmbito da filosofia e da epistemologia das ciências, por exemplo, visam compreender os impulsos, processos e sentidos da produção de conhecimento. As classificações adotadas por agências públicas voltadas para o ensino, a produção de conhecimento e a inovação na economia e nos mais diversos aspectos da vida em sociedade têm objetivos mais limitados e pragmáticos: visam coletar e organizar dados em vista da concepção, implementação e avaliação de políticas e programas governamentais para o setor.

A classificação das ciências permite que uma agência de fomento oriente seu trabalho a partir da identificação de ativi-

dades afins entre uma vasta gama de profissionais. Sem uma prévia determinação das *áreas do conhecimento*, a avaliação do mérito científico pelos pares ficaria inviável: o trabalho do pesquisador correrá o risco de ser julgado por pessoas incapazes de reconhecer a sua qualidade intrínseca e sua destinação. Professores, pesquisadores e técnicos utilizam a TAC para direcionar suas demandas às agências. No Brasil, a classificação atualmente considerada pelos agentes públicos é a Tabela adotada pelo CNPq, em 1984.

A classificação das ciências é um dos aspectos mais delicados da institucionalização das atividades científicas. Trata-se de um processo paralelo à constituição das modernas comunidades nacionais, que têm entre suas marcas iniludíveis a busca permanente e acelerada de conhecimento científico e tecnológico. As classificações sempre estarão sujeitas às alterações que decorrem da constante emergência de novos conceitos, objetos e métodos bem como devido às propensões da autoridade pública. Enfim, precisam ser periodicamente renovadas para dar conta das novidades da produção científica.

Ao classificar as ciências, uma agência pública reflete, obviamente, o interesse do Estado no desenvolvimento de determinadas atividades científicas. Mas o poder público não pode deixar de levar em conta as demandas e pontos de vista dos profissionais sob pena de a classificação não ter efeitos práticos e mesmo prejudicar o trabalho científico.

A complexidade das reclassificações decorre, sobretudo, da necessidade de compatibilizar os objetivos do agente público com os de professores, pesquisadores, pensadores, artistas e técnicos envolvidos em aguerridos debates em torno de predileções metodológicas, opções teóricas, convicções político-ideológicas e acesso ao financiamento de suas atividades. Pesquisadores mais amparados, temendo eventuais perdas ou redução de auxílios, resistem, em geral, às mudanças na TAC; a disputa pelos estímulos governamen-

tais faz com que o advento de novas especialidades nem sempre seja facilmente absorvido.

A primeira TAC brasileira, estabelecida pelo CNPq ainda na década de 1970, apesar de confirmar o predomínio de áreas que sempre receberam o maior quinhão dos recursos (Medicina, Física, Biologia e Química), refletiu a importância que a Ditadura Militar passou a conferir às Ciências Sociais. A pesquisa sociológica voltada para o *desenvolvimento*, por exemplo, foi beneficiada na ocasião em que o voluntarismo dos comandantes militares, associado às orientações do Banco Mundial, resultava em programas de reforma da estrutura socioeconômica, incluindo o meio rural. Assim, é durante a Ditadura que a antiga resistência do CNPq aos estudos históricos, sociais e políticos foi atenuada.

A adoção dessa TAC nos anos 1970 decorreu também da necessidade de melhorar o sistema de avaliação do mérito das demandas dos pesquisadores por meio dos chamados *comitês assessores*, que materializaram a *avaliação pelos pares*. Essa prática foi também orientada pelo Banco Mundial. Os referidos comitês foram organizados com base na TAC então estabelecida.

A Tabela hoje em vigor, publicada em 1984, classifica o conhecimento científico e tecnológico em quatro níveis hierárquicos tendo a área como unidade de referência. A ***grande área*** agrupa áreas afins, enquanto cada área comporta subáreas e ***especialidades***. Atualmente, são reconhecidas 76 áreas do conhecimento agrupadas em 8 grandes áreas e subdivididas em 340 subáreas. Há perto de 900 especialidades reconhecidas.

Há muito tempo essa classificação deixou de refletir o desenvolvimento do sistema de ensino e as tendências da pesquisa no país. Seu anacronismo é evidenciado por arranjos hierárquicos não mais reconhecidos e pelos numerosos termos em desuso. Ademais, não contempla novos objetos e ignora

predileções metodológicas amplamente consagradas. Muitos profissionais não conseguem enquadrar adequadamente suas atividades nessa TAC. É uma classificação que causa dificuldades tanto às agências de fomento à pesquisa quanto à organização do ensino. Sua permanência atribula a coleta de dados estatísticos sobre o financiamento e a produção do conhecimento, impedindo mapeamentos consistentes do trabalho científico. Um exemplo de sua defasagem está no fato de o CNPq ser levado a improvisações, estabelecendo, ao longo do tempo, mais uma *grande área*, designada pelo termo tão genérico quanto indefinido “*Outros*”, com numerosos itens listados em ordem alfabética, ou seja, em detrimento de qualquer critério lógico de classificação.

Além disso, a TAC em voga agasalha evidentes inconsistências conceituais, confundindo *área do conhecimento* com disciplina curricular, campo de aplicação do conhecimento, formação profissional e finalidades da atividade científica.

A sobrevivência desta classificação anacrônica tanto revela a falta de nitidez das orientações do Estado para o desenvolvimento científico, quanto a forte influência de setores da comunidade acadêmica satisfeitos com a atual distribuição dos recursos públicos. As alterações tendem a desagradar profissionais mais atentos a interesses corporativos que às necessidades da sociedade nacional ou às orientações do Estado. Uma nova TAC deveria observar um certo equilíbrio entre o conservadorismo e a renovação bem como entre os desígnios da autoridade pública e as propensões dos pesquisadores.

3 A ATUALIZAÇÃO DA TAC

Do ponto de vista operacional, o primeiro grande desafio na atualização da TAC é respeitar os códigos consagrados internacionalmente sem, entretanto, negligenciar as especificidades do desenvolvimento científico brasileiro. Até o presente, não foi possível estabelecer uma classificação universalmente

respeitada porque nenhum país abdica de fixar objetivos específicos para o seu esforço de produção de conhecimento. Além disso, em alguns países, como os Estados Unidos, há importantes agências voltadas especificamente para determinados setores da atividade científica. Por conta disso, a UNESCO, apesar de seus grandes esforços, não se impõe como autoridade mundial na classificação das ciências. A variedade das classificações, inclusive, impede a organização de estatísticas mundiais confiáveis.

No caso brasileiro, a atualização da TAC não pode prejudicar o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas em curso. Ao contrário, deveria facilitar a preservação de séries estatísticas, compatibilizar as informações de diferentes entidades assim como a terminologia utilizada pelas instituições públicas e pela comunidade acadêmica.

Outro desafio diz respeito à classificação da produção científica designada como *interdisciplinar*. Como classificar estudos desenvolvidos com variados procedimentos metodológicos e múltiplos diálogos conceituais? Esse problema é continuamente agravado pela crescente tendência à especialização. É o caso, para exemplificar, dos estudos relativos à bioética, à nanotecnologia, ao meio ambiente, à história da ciência e à educação em ciências. Por sua vez, o uso intensivo da informática acelera o advento de especialidades que não se enquadram facilmente em áreas do conhecimento tradicionais. Os estudos pertinentes à Defesa e à Segurança nacional se incluem, sem dúvida, no rol das atividades interdisciplinares.

Alguns sugeriram a criação de uma **grande área** que reunisse as pesquisas interdisciplinares, o que seria inviável pela dificuldade de adotar critérios objetivos para sua composição. A rigor, é impossível apontar estudos que não usem mais ou menos intensivamente combinações de recursos teóricos e metodológicos: na prática, qualquer pesquisa pode ser classificada como interdisciplinar. O termo *interdisciplinaridade* ga-

nha destaque por conta da irrefreável tendência à especialização. Na medida em que uma classificação estabeleça hierarquias com muitos níveis hierárquicos (grandes áreas, áreas, subáreas e especialidades), a identificação dos estudos *interdisciplinares* torna-se mais problemática.

A idéia apresentada pela Comissão para atenuar esse problema foi a de reduzir os níveis hierárquicos da TAC: as ciências no Brasil passariam a ser classificadas em apenas três níveis: área, grande área e subárea e os pesquisadores vinculariam livremente suas especialidades às áreas e subáreas que julgassem mais adequadas.

A Comissão definiu área do conhecimento como “o conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas.” A partir de então, propôs a criação de 24 novas áreas.

Algumas destas novas áreas figuram na TAC em vigor na condição de subárea ou de especialidade. Na verdade, por conta de seu crescimento, ascenderiam hierarquicamente. Esse foi o caso, entre outros, da Geologia, da Geodésia e da Geofísica, que hoje constam como subáreas da Geociência. As Relações Internacionais, atualmente uma subárea da Ciência Política, constitui outro exemplo, assim como a Música, que tradicionalmente integra a área Artes. Outras novas áreas foram propostas para corrigir inadequações da TAC vigente. Esse foi o caso da Estatística, da Saúde Pública e da Terapia Ocupacional.

A Comissão acatou a demanda de criação de algumas novas áreas por entender tratar-se de interesse público incontestável. Esse foi o caso da Engenharia do Petróleo, da Arquivologia e do Ensino e Divulgação em Ciências. No caso da Arquivologia, inclusive, é reduzido o número de pesquisadores e de cursos de graduação. Não obstante, o Conselho Nacional de Arquivos, empenhado em melhorar as condições técnico-cien-

tíficas para a preservação da memória nacional, e diante do formidável desafio de preservar a documentação eletrônica, propõe a ascensão da Arquivologia como área do conhecimento assim como estímulos a ampliação do número de profissionais altamente especializados.

4 OS ESTUDOS RELATIVOS À DEFESA E SEGURANÇA

Entre as novas áreas do conhecimento propostas, a designada como *Defesa e Segurança*, reunindo profissionais de origens variadas, integraria a grande área **Ciências Humanas**, que ficaria assim composta:

- Filosofia
- Sociologia
- Antropologia
- Arqueologia
- História
- História da Ciência
- Psicologia
- Educação
- Ensino e Divulgação da Ciência
- Ciência Política
- Relações Internacionais
- Defesa e Segurança
- Teologia e Ciências das Religiões

A partir das contribuições apresentadas por instituições científicas civis e militares, a Comissão entendeu que essa nova área do conhecimento compreenderia as seguintes subáreas: *Pensamento Estratégico, Políticas de Defesa e Segurança, Estudos Militares e Instituições de Defesa*.

A demanda de um maior envolvimento da comunidade acadêmica civil nos estudos e debates sobre a defesa nacional tem se tornado um lugar comum não apenas no discurso das autoridades do setor, com destaque para os dirigentes das instituições de altos estudos militares. Membros das comissões par-

lamentares se manifestam no mesmo sentido. Entretanto, os estímulos a esse envolvimento são bem restritos e ainda não estão consolidados. Sem recursos para pesquisa, e sem programas de pós-graduação voltados para o estudo do pensamento militar, dos assuntos das corporações militares e da política nacional de Defesa, a participação dos acadêmicos civis no debate estratégico tende a ser frágil e pontual, sobretudo por ser baseada apenas no empenho pessoal de um pequeno contingente de pesquisadores.

Apesar da falta de estímulo, nos últimos anos, foram dados passos significativos no estudo desses temas, merecendo destaque a realização dos diversos Encontros Nacionais de Estudos Estratégicos, os *exercícios de reflexão* organizados pela Secretaria de Estudos e Cooperação do Ministério da Defesa e os debates na Câmara dos Deputados. O número de pesquisadores acadêmicos envolvidos no estudo das instituições militares, na atuação política dos oficiais e em diversos assuntos relativos à defesa nacional (como a dinâmica do poder entre as nações, as tensões mundiais, os conflitos de fronteira entre Estados nacionais e as atividades científicas inspiradas ou desenvolvidas por militares) foi significativamente ampliado. A maior parte da literatura disponível sobre esses assuntos ainda é estrangeira, mas esse quadro começa a mudar: contam-se em centenas as dissertações e teses produzidas no Brasil sobre esses temas.

Alguns anos atrás, um jovem pesquisador que pretendesse estudar as Forças Armadas brasileiras e a política de defesa recorreria preferentemente às instituições estrangeiras. Hoje, alguns programas brasileiros de pós-graduação nas áreas de Ciência Política, História, Sociologia e Antropologia já oferecem certas condições de estudo. É possível encontrar pesquisadores de temas militares e da defesa nacional em uma dezena de universidades brasileiras (UNICAMP, USP, UFSCAR, UFRJ, UFF, UnB, UFC, UFPA e UFPE).

Um desses programas, desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense sob a coordenação do professor Eurico de Lima Figueiredo, reúne pioneiramente, na área de concentração Estudos Estratégicos, civis e militares em sala de aula. Essa iniciativa foi apoiada pela CAPES e pelo Ministério da Defesa através do programa conhecido como “Pró-Defesa”, lançado em 2005. Trata-se de um promissor diálogo entre militares e civis, porém realizado em ambiente puramente acadêmico, ao contrário da tradição da Escola Superior de Guerra, conduzida por militares. No Brasil democrático, a troca de pontos de vista entre civis e militares sobre os problemas nacionais não caberia nos limites restritos desta Escola cuja imagem ainda está vinculada ao poder discricionário exercido pelos militares entre 1964 e 1985. O sucesso da iniciativa da UFF permitiu-lhe propor a criação do primeiro Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa Nacional e da Segurança.

Os militares, por meio de estudos desenvolvidos em ambiente civil, têm oportunidade de perceber de forma menos corporativista e simplificada sua inserção social e seu papel na construção do país. Sem levar em conta o olhar externo à corporação, a percepção do militar permanecerá contida nos limites da auto-referência. A iniciativa da UFF sinaliza às instituições de ensino superior das Forças Armadas os benefícios provenientes de intercâmbios e parcerias com a comunidade acadêmica.

O Grupo de Trabalho “Forças Armadas e Sociedade”, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a mais importante entidade de cientistas sociais da América Latina, ilustra o crescente envolvimento de acadêmicos civis nos temas da defesa: mais de quarenta pesquisadores apresentaram propostas de comunicação para a reunião de 2006. Como reflexo dessa tendência, foi organizada a Associação Brasileira de Estudos da Defesa (ABED), sob a presidência do professor João Roberto Martins, da Universidade Federal de São Carlos.

A criação do “Comitê Temático de Defesa” no âmbito do CNPq pode ser mencionada como exemplo de iniciativa que contribui para dinamizar os estudos acadêmicos concernentes às Forças Armadas e à política de defesa. Hoje, pesquisadores interessados em estudar as instituições militares e temas correlatos têm a possibilidade de ver suas propostas avaliadas por profissionais reconhecidos como especialistas. Trata-se de uma iniciativa que precisa ser acompanhada por outros gestos das agências de fomento e das instituições de ensino e pesquisa. Conviria lembrar, não há registro de áreas do conhecimento desenvolvidas sem amparos, seja do Estado ou da iniciativa privada.

5 VENCENDO RESISTÊNCIAS E PRECONCEITOS

Tendo em vista a intensa participação castrense na vida brasileira desde os idos da Guerra do Paraguai, é intrigante a resistência do mundo acadêmico ao estudo dos aparelhos, da cultura, das práticas e do pensamento militar. Tais temas são insistentemente menosprezados pela academia civil, apesar de ser difícil encontrar um domínio da vida nacional que não tenha sido afetado com maior ou menor intensidade pela atuação dos oficiais. No referente apenas ao campo científico, poucos se dão conta que o próprio CNPq foi criado como uma iniciativa essencialmente militar e que coube aos generais-presidentes da Ditadura o desenvolvimento da pós-graduação. É durante a Ditadura que o trabalho de cientistas sociais ganha de fato o *status* de atividade científica. Aqui, obviamente, não se trata de julgar o mérito de governantes militares, nem de atenuar a gravidade dos seus atentados à democracia, mas de reconhecer a impossibilidade de compreender a construção do Estado e das especificidades da sociedade brasileira sem levar em conta o papel exercido pelos militares. A falta de percepção desse papel reduz o alcance das análises do processo nacional brasileiro.

É simbólico que o CNPq, fundado por oficiais, tenha levado mais de meio século para ganhar capacidade de análise qualitativa de propostas de pesquisa sobre a defesa militar do país. Os regimes ditatoriais impostos à sociedade brasileira seguramente alimentaram resistências e preconceitos dos pesquisadores civis. Apenas nos últimos anos foi ampliado, aliás, timidamente, o número de pesquisadores que têm como objeto de estudo a vida interna das corporações militares. Paulatinamente esses cientistas alcançam o sentido de termos, costumes, funções, processos, estruturas e valores inerentes aos quartéis. A análise do espírito corporativo de homens fardados e armados, as regras da hierarquia castrense, a indústria bélica, o planejamento estratégico, a cooperação militar internacional, a produção e a absorção de tecnologias pelo sistema de defesa, os exercícios de projeções de força e, enfim, as relações entre as Forças Armadas e a sociedade pedem o domínio de conceitos, conhecimento empírico e recursos metodológicos parcamente ofertados pela universidade brasileira.

Certas objeções ao estabelecimento dos estudos de Defesa e Segurança como área do conhecimento partiram de especialistas em Relações Internacionais. Estes profissionais, representados pelo presidente da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), professor Eiiti Sato, da Universidade de Brasília, entenderam que os estudos relativos à Economia Política Internacional e à Defesa e à Segurança deveriam permanecer no âmbito das Relações Internacionais. Por conta disso, propuseram a criação da área Relações Internacionais com as seguintes subáreas:

- Teoria das Relações Internacionais
- Instituições e Organizações Internacionais
- Integração Regional
- Economia Política Internacional
- Paz, Conflito e Meio Internacional

Seguramente, esse não seria o arranjo mais adequado e, na

prática, pode não resistir. A Economia Política Internacional se afigura como uma especialidade particularmente explorada por economistas; historiadores e cientistas políticos também contribuem nesse domínio. Dificilmente esses pesquisadores recorrerão a especialistas em Relações Internacionais para julgar o mérito de suas demandas às agências de fomento. A subárea Paz, Conflito e Meio Internacional tem evidentes interfaces com a área Defesa e Segurança e, tal como estão organizados no Brasil, os cursos de Relações Internacionais não capacitam pesquisadores para penetrar na intimidade das instituições militares, dos temas próprios da defesa nacional e da segurança do Estado.

O apoio ao estudo dos problemas do sistema de defesa nacional é necessário e benfazejo. Não cabe imaginar que a defesa e a segurança do país possam ser asseguradas mantendo-se como preocupação exclusiva dos militares, de alguns poucos diplomatas e raros intelectuais. É importante compreender a forma de pensar e agir de instituições intrinsecamente fechadas como as corporações militares. Como assinalou Eliezer Rizzo, a democracia estará sempre em perigo enquanto a sociedade permanecer desconhecendo suas Forças Armadas. Se a ampliação do contingente de pesquisadores especializados é palpável, cabe lembrar que há um longo caminho a ser percorrido. A proposta de estabelecer a **Defesa e Segurança** como uma área do conhecimento científico e tecnológico se enquadra nessa perspectiva. O aprofundamento da democracia pede a indução da cultura estratégica de defesa nacional em novos termos, ou seja, com a participação enriquecedora de acadêmicos civis.

* Agradeço a leitura atenta de meus colegas Rosali Fernandez, Eurico de Lima Figueiredo e Mônica Martins.